

17 ABR 1987

## Covas acha que não se deve mudar papel das Forças Armadas

O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, afirmou, antes mesmo de ser formada a Comissão de Garantia das Instituições, que "as Forças Armadas têm o dever de defender a ordem externa, mas também a ordem interna do país, a nova Constituição deve manter essa norma, porque não constitui nenhum risco, ninguém dá golpe apoiado em artigo da Constituição". Foi com a maior tranquilidade que ele indicou o deputado Ricardo Fiuza (PFL/PE), um político ligado aos militares, para a função de relator da Subcomissão de Defesa do Estado, exatamente a que está incumbida de definir o papel das Forças Armadas.

Esta subcomissão faz parte da Comissão de Garantia das Instituições, que tem como presidente o senador Jarbas Passarinho (PDS/PA), e como relator, o deputado Prisco Vianna (PMDB/BA), dois políticos mais próximos de posições conservadoras. O presidente da subcomissão, o deputado José Tavares (PMDB/PR), acha que o papel das Forças Armadas não vai mudar. "Não tenho nenhuma esperança de mudar alguma coisa nesse assunto de Forças Armadas. Até porque se a subcomissão muda alguma definição, isso é derrubado e nem chega a plenário".

José Tavares esperava obter o cargo de relator e questionou Covas. "Covas, como é que você teve a coragem de entregar essa subcomissão ao PFL, logo agora que o PMDB tinha a chance de alterar alguma coisa na área de segurança nacional?". "É verdade, mas acontece que o PFL me pediu antes", respondeu-lhe o líder pemedebista, deixando claro que essa subcomissão não estava destinada a propiciar grandes mudanças nas instituições.

Deixando esse assunto para a deliberação de Mário Covas, o presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, chegou a desconhecer até em que comissão o tema ia ser tratado. Há uma semana, ele fez tal revelação ao ser interpelado em plenário pelo líder do PC do B, Haroldo Lima (BA). Questionado pelo mesmo Haroldo Lima, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, também demonstrou desinformação. "Eu não sei qual comissão vai discutir esse assunto".

Ao saber, no final da semana passada, que a definição do papel das Forças Armadas está mesmo entregue a Jarbas Passarinho, Prisco Vianna e Ricardo Fiuza, Haroldo Lima protestou: "Eu fui enganado. Meu partido foi enganado. Esse assunto não podia ficar nessa comissão, se insinuaram para mim que ia ficar na Comissão da Organização dos Poderes". Enquanto Haroldo Lima protesta, os principais encarregados do assunto negam que tudo tenha sido arranjado para manter o tema em mãos confiáveis.

Coronel da reserva, Passarinho se defende: "Eu pedi insistentemente que o PDS não me mandasse para esse cargo de presidente. Preferia ficar livre para debater minha idéia de que os militares só devem intervir em conflitos depois da atuação gradual das polícias civil e militar". Foi com o argumento de que Passarinho era o mais qualificado, dentro do PDS, para assumir essa comissão, que o deputado Amaral Neto (líder do PDS na Câmara) o convenceu a aceitar o cargo.

O cargo de Prisco Vianna, amigo do presidente Sarney, para a função de relator, foi um pedido de Mário Covas, contra Jarbas Passarinho, reproduzindo o diálogo entre ambos: "Como meu amigo, você indicaria o Prisco para ser relator?", perguntou Covas. "É evidente, ele também é meu amigo", respondeu Passarinho.